

NOTÍCIAS DE JORNais EM *ESSA GENTE*, DE CHICO BUARQUE¹NEWSPAPER NEWS IN *ESSA GENTE*, DE CHICO BUARQUERoberta Lehmann²

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar de que modo a ficção incorpora as notícias de jornais do Brasil, em *Essa gente* (2019), de Chico Buarque. Para tanto, analisa-se a relação intertextual entre alguns trechos do romance em que o assunto e as datas coincidem com notícias de jornais brasileiros. As notícias aparecem como pseudocolagens, uma vez que simulam colagens. Para fundamentar a análise, usa-se as reflexões de Lilia Schwarcz, Perry Anderson, Carlos Fico e Adilson Moreira.

Palavras-Chave: *Essa gente*; Chico Buarque; ficção brasileira contemporânea.

ABSTRACT: This work intends to present how fiction incorporates news from newspapers in Brazil, in *Essa gente* (2019), by Chico Buarque. For that, it is analyzed the intertextual relationship between some excerpts from the novel in which the subject and dates coincide with news from the Brazilian newspapers. The news appears as pseudo collages, since they simulate collages. To support the analysis, reflections by Lilia Schwarcz, Perry Anderson, Carlos Fico and Adilson Moreira are used.

Keywords: *Essa gente*; Chico Buarque; contemporary Brazilian fiction.

Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo *essa gente*, seu moço
Fazendo alvoroço demais
(O meu guri – Chico Buarque, grifo meu)

1. INTRODUÇÃO

A intertextualidade, conceito que Kristeva (1974, p. 62) define como “todo texto é absorção e transformação de outro texto”, revela algo maior: o texto é um cruzamento de textos em que, no ato da leitura, se lê outros textos. Portanto, o texto literário é um

¹ O artigo é parte adaptada da dissertação de Mestrado “Política e poética em *Essa gente*, de Chico Buarque”, defendida em 2023.

² Doutoranda, UFPR, Capes.

cruzamento de superfícies textuais, um diálogo entre diversos textos desde o escritor, o destinatário, as personagens, até o contexto cultural atual ou anterior. Para a autora, “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de outro texto” (Kristeva, 1974, p. 60).

Já Hutcheon (1991, p. 157) define a intertextualidade como uma manifestação formal de uma vontade de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto. Não é um desejo de organizar o presente por meio do passado. Ele usa e abusa desses ecos intertextuais, inserindo as poderosas alusões de tais ecos e depois subvertendo esse poder por meio da ironia. Em *Essa gente*, ocorre a mistura entre fato e ficção, o narrador se apropria das notícias de jornais do país, possibilitando ao leitor a relação intertextual entre as narrativas.

Neste estudo, vou apresentar, a partir das perspectivas de intertextualidade de Kristeva e Hutcheon, como apreende-se o entrelaçamento entre *Essa gente* e notícias de jornais do Brasil publicadas entre 2016 e 2019. *Essa gente* (2019) trata sobre o passado recente, mostrando que os acontecimentos vividos no país nos últimos anos têm cara, jeito e cheiro de velhas práticas políticas. Chico Buarque não apresenta apenas uma reprodução mecânica de acontecimentos, no caso, de notícias de jornais. Mostra também uma consciência ideológica quanto à repressão política e social do Rio de Janeiro, e do Brasil. Os contextos social e político-histórico são transformados e passam a ser parte do texto físico, não sem questionamento daquilo que é apresentado.

Conforme Perry Anderson (2020, p. 13), nos anos 2017 e 2018, o Brasil foi palco de um drama sociopolítico sem paralelo em qualquer outro Estado de grande magnitude. Nos anos 2000, em todos os outros lugares – Europa, Estados Unidos, Índia, Rússia, China – a tendência da época era enrijecer o controle dos ricos sobre os pobres, do capital sobre o trabalho, e ampliar o abismo entre eles tanto no Estado quanto na sociedade, com oligarquias híbridas ou neoliberais. Só o Brasil seguiu outra direção, ao

menos por um tempo. Os doze anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) fizeram do Brasil um país cuja importância política ultrapassava suas fronteiras: uma nação que servia de exemplo e inspiração em potencial para outras, algo inédito em sua história moderna. Não por acaso, essa também foi a primeira vez que o Brasil agiu como uma potência capaz de desempenhar um papel independente no cenário internacional.

No período iniciado em 1964, um governo considerado radical demais foi derrubado por um golpe militar, que instaurou uma ditadura. Meio século depois, em 2016, outro governo foi derrubado por um golpe parlamentar, colocando Michel Temer no poder e abrindo espaço, nas eleições seguintes, para um fervoroso admirador da ditadura ser eleito presidente e em cujo governo havia mais ministros fardados que nos governos dos generais. Situação e regime já não são os mesmos (Anderson, 2020, p. 13).

2. É ISSO O BRASIL: O PASSADO QUE INSISTE EM NÃO PASSAR

Essa gente (2019) é escrito em forma de diário, em que são anotados sessenta e nove relatos, cartas, ligações e notificações enviados e recebidos entre 13 de dezembro de 2016 e 29 de setembro de 2019. O enredo é narrado envolvendo vários pontos de vista. Não existe uma narração ou um narrador único confiável. Ao contrário, são apresentadas séries de relatos e mensagens, multiplicando as perspectivas e vozes narrativas, como uma espécie de quebra-cabeça. O livro entrelaça várias mininarrativas, sem dizer ao leitor o que fazer com as personagens e acontecimentos anunciados. A ação principal gira em torno de Manuel Duarte, um escritor sexagenário e decadente. Perpassa espaços como o ficcional e o político-histórico, que se desdobram em imaginário, sonho e delírio.

O primeiro relato em que o narrador apresenta uma notícia de jornal é no dia 5 de janeiro de 2019. Nele, Duarte está sonhando com um voo de avião que está para se destroçar, pois é conduzido por um piloto ateu que perdeu a fé em milagre. No fim do

texto ele registra o despertar: “Foi esse meu último sopro de vida, e logo acordo enrolado no lençol com a televisão ligada: a partir de hoje, por decreto presidencial, posso ter quatro armas de fogo em casa” (Buarque, 2019, p. 17). Neste mesmo dia, o então presidente do Brasil assinou seu primeiro decreto como mandatário, o decreto nº 9.685, que flexibilizava os requisitos para a posse de arma.

Conforme levantamento realizado pela *Revista Veja*, nos anos de 2019 a 2021, o registro de armas de fogo pela Polícia Federal mais do que triplicou em relação aos anos anteriores (2016 a 2018). Foram registradas em média 153 mil novas armas, aumento de 225% em relação ao triênio anterior. A revista destaca que houve a expansão de registros por parte de cidadãos comuns, que alegam a necessidade de “defesa pessoal” (Marques, 2022, não paginado). Ou, como diz Chico Buarque na canção “As Caravanas”, a “gente ordeira e virtuosa”, que acha que “tem que bater, tem que matar” (Buarque, 2017, não paginado).

A flexibilização da posse de arma contribui, também, com o aumento das milícias. Sabe-se que as facções do crime organizado criaram um poder paralelo, uma economia ilegal, além de gerar violência com sua presença nas ruas das grandes e pequenas cidades. As milícias se comportam como grupos criminosos, pressionando as populações das periferias em troca de proteção. As milícias nasceram como grupos de autodefesa das comunidades e no contexto do controle das favelas pelo crime organizado. Logo evoluíram para o formato de bandos criminosos paramilitares que, sob a alegação de combater a criminalidade e o narcotráfico, exploram todo tipo de serviço ilegal sem deixar de manter laços estreitos com a polícia. São um exemplo de como a violência se instalou no Brasil, ganhando espaço aonde a lei não chega ou abre mão de chegar (Schwarcz, 2019, p. 160-182).

A questão da posse de arma vai ser fundamental para o desenvolvimento do enredo de *Essa gente* (2019) pois, a partir da flexibilização, Maria Clara adquire um revólver, que Duarte encontra na casa dela em 09 de março de 2019. Com medo de que

tente se matar, visto que ela fazia tratamento para depressão, ele fica com a arma. Sem saber o que fazer, no dia 15 de abril de 2019, Duarte sai da casa de Maria Clara com a arma na mão, sem perigo de encontrar algum pedestre, pois era madrugada. Entretanto, o segurança da casa do cônsul japonês o cumprimenta: “É isso aí, mestre! Tem que acabar com a raça desses bandidos!” (Buarque, 2019, p. 103). Esse incentivo das pessoas que o veem com a arma comprova o sentimento vigente em parte da população brasileira que apoiou ações presidenciais em favor do armamento. No entanto, além do ex-presidente, Wilson Witzel, então governador do Rio de Janeiro, dava carta branca aos policiais para matar moradores de favelas suspeitos de serem criminosos, cumprindo promessa da sua campanha eleitoral de que os policiais fariam cursos de atiradores de elite especializados em tiros de longa distância e precisão.

O objetivo era de que esses atiradores sobrevoassem as favelas do Rio de Janeiro em helicópteros das Forças Armadas, conforme Duarte narra em 3 de setembro de 2019:

Paranoia por paranoia, eu mesmo já tive ganas de me atirar debaixo da cama ao escutar o ronco de helicópteros a sobrevoar meu edifício de manhãzinha. [...] Era esperável que eu me confortasse com a presença deles, que estavam de campanha para proteger a vizinhança contra possíveis bandidos malocados nas matas ao redor. Cumprida essa missão, os helicópteros dobravam as montanhas em direção à favela, aonde em voos rasantes às vezes disparavam balões de fuzil a esmo (Buarque, 2019, p. 175).

Assim como no Brasil, na ficção de Buarque, a violência parece não ter fim. No relato de 6 de março de 2019, ocorre um assalto no prédio de Maria Clara; o assaltante estava atrás de um cofre, que não encontrou, saindo, então, sem nada. Duarte narra que poderia ser confundido como cúmplice do assaltante, um “mulato franzino”, pois entrou no prédio atrás de Maria Clara. Ele conta o que aconteceu com o assaltante:

Aparentemente a fim de se entregar, o assaltante solta o porteiro e baixa a arma, mas de repente sacode a cabeça e cai duro no chão. Foi um tiro na testa que tomou, disparado talvez de alguma janela vizinha por um atirador de elite. Deitado de

costas, se contorce inteiro ao levar mais uns tantos tiros à queima-roupa. Depois que se aquietá, os meganhas continuam baleando o cara, na barriga, no peito, no pescoço, na cabeça, eles o matam muitas vezes, como se mata uma barata a chineladas. Aos hurras e aplausos, os espectadores descem dos prédios e dos carros e correm para o palco da façanha. O policial do megafone retira de um golpe o capuz ensanguentado do sujeito, e na sua cara deformada reluto em identificar meu conhecido, o passeador de cães. A polícia não consegue impedir que os presentes chutem seu corpo (Buarque, 2019, p. 70).

Ou seja, o assaltante, que era o passeador de cães do prédio, foi julgado e condenado à morte pela população e pelos policiais e que estavam presentes na ocasião. Buarque coloca em questão aqui o que acontece quando se investe em armamento, seja para a polícia ou para os civis. Com a eleição de um governo de tom autoritário, a violência passa a ser legitimada pelo Estado. Inclusive com eventos de comemoração, como em 2 de abril de 2019, que na ficção acontece “um jantar de gala no Palácio Guanabara celebrou o lançamento da campanha Brasil: O Futuro é Hoje” (Buarque, 2019, p. 85). Enquanto isso, no mesmo dia, os jornais do Brasil noticiavam que Bolsonaro determinou comemorações dos acontecimentos de 1964. Conforme anunciado por seu porta-voz Otávio Rêgo Barros:

O presidente não considera 31 de março de 1964 golpe militar, ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo, que salvo melhor juízo se isso não tivesse ocorrido nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém. Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964, incluindo uma ordem do dia patrocinada pelo Ministério da Defesa que já foi aprovada pelo nosso presidente (Barros, 2019, não paginado).

Chico Buarque datou o jantar de lançamento da campanha e comemoração do golpe no dia 2 de abril, e não em 31 de março, para marcar que a data ficou conhecida para esta finalidade. De acordo com o historiador Carlos Fico (2020, p. 49), havia certo medo da classe média incentivada pela propaganda contra Goulart que o associava ao comunismo, mas o presidente também fazia algumas afirmações imprecisas. Como, por LEHMANN, R.. Notícias de jornais em *Essa gente...*

exemplo, abordando o movimento Cruzada dos Rosários, que reunia mulheres para “rezar contra o comunismo”. Goulart fez menção ao rosário, o que levou ao movimento “desagravo ao rosário”, que resultou nas *Marchas da Família*, com Deus, pela Liberdade. A primeira, no dia 19 de março e a segunda no dia 2 de abril de tal ano, esta já depois do golpe, tornando-se uma espécie de comemoração pela derrubada de Jango.

Logo que Witzel deu a carta branca para os policiais atirarem em favelas no Rio de Janeiro, em Guadalupe, zona norte do Rio, no dia 7 de abril de 2019, o exército fuzilou um carro de família e matou o músico Evaldo dos Santos Rosa, com oitenta tiros; alegou-se que ele foi confundido com criminosos. As cinco pessoas que estavam no carro iam para um chá de bebê: Evaldo, a esposa, o filho de sete anos, o sogro e outra mulher (G1, 2019, online).

Na ficção, no dia 3 de abril de 2019, Duarte estava passeando com o cão, quando volta para a casa e narra: “o cão deve estar faminto, pois agora abocanha o jornal no chão do banheiro e começa a mastigar notícias: soldados disparam oitenta tiros contra carro de família e matam músico negro” (Buarque, 2019, p. 89). Na ocasião, o então presidente comentou a morte do músico: “O exército não matou ninguém, o exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte” (O exército, 2019, não paginado).

Chico Buarque, em *live* da *Estação Sabiá*, comenta esse comportamento em relação às várias mortes nas favelas:

Ontem uma deputada de Minas [referência a Andreia de Jesus] foi denunciar a morte da Kethlen e foi escutada por três ou quatro deputados bolsonaristas, na base disso, de quem morreu é porque tem que morrer mesmo, bandido bom é bandido morto, essas conversas todas. Não há a menor compaixão entende, é fim de linha, não há civilização mais que resista, [...] se o poder ficar na mão dos militares, porque a gente tem que estar sujeito a isso, quer dizer um general moleque dá um soco na mesa, a República treme, a gente está sujeito a esse tipo de coisa, não pode mais, é claro que no Uruguai, na Argentina, no Chile, isso não aconteceria, eles não voltariam assim com essa desfaçatez, achando que são donos desse país, não são donos porra nenhuma, não são nada (Buarque, 2021, não paginado).

O *slogan* “bandido bom é bandido morto”, mencionado por Buarque, é usado pelas polícias e na política brasileira. O bordão é sucessor de outro: “bandido que atira num policial não deve viver”, usado pelo detetive Le Cocq no período da ditadura cívico-militar. Segundo Márion Strecker, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Milton de Oliveira Le Cocq foi morto em uma emboscada, que resultou num tiroteio. Era 27 de agosto de 1964, Manoel Moreira, apelidado de Cara de Cavalo, foi acusado pela morte do detetive. Strecker explica que Cara de Cavalo era um jovem da extinta Favela do Esqueleto. Foi jurado de morte, caçado por dois mil policiais em quatro Estados do país. Pessoas parecidas com ele chegaram a ser mortas por engano. Foi morto em casa, enquanto dormia, mais de cem tiros foram disparados contra ele pelos policiais, sendo que cinquenta e dois atingiram-no (Strecker, 2020, não paginado).

Mais tarde, soube-se que Cara de Cavalo havia sido executado pela Scuderie Detetive Le Cocq, um grupo de extermínio que chegou a ter sete mil associados e só foi considerado oficialmente extinto em 2005. Desse grupo de extermínio, surgiu o Esquadrão da Morte, organização paramilitar criada na Guanabara (hoje Rio de Janeiro) no final dos anos 1960. Era formada por policiais, articulada por políticos e mantida por empresários. O objetivo era “limpar a cidade”, exterminando pessoas tidas como perigosas (Strecker, 2020, não paginado). Em seguida, outros grupos de extermínio surgiram, até chegar nas milícias, que controlam, atualmente, muitos territórios no Rio de Janeiro.

No romance, ficcionalizando uma notícia do jornal, no dia 22 de abril de 2019, Duarte narra:

Vista aqui de baixo, parece um desmoronamento aquela profusão de gente cor de terra que desce o morro do Vidigal. Chegando ao pé da favela, os moradores fecham a avenida Niemeyer e interpelam aos gritos os policiais de plantão. Não demora a aparecer o reforço, um batalhão de choque com policiais mascarados e um veículo blindado com caveiras estampadas na carroceria. Por alguns minutos, é como se fosse uma partida empatada entre manifestantes que agitam seus cartazes de papel e soldados imóveis atrás de escudos de aço. Do nada, uma pedra,

um palavrão, uma senha, não sei que fagulha desencadeia o conflito, e os escudos avançam contra os cartazes. Um provável líder comunitário ordena pelo megafone a recuada dos manifestantes, que começam a se dispersar na avenida. É tarde, porém, porque a tropa já lança mão de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, tiros de balas de borracha e golpes de cassetete no combate corpo a corpo [...]. No mesmo aparelho chegaram mensagens com novas informações sobre a morte do morador, que era superquerido de todos na favela [...]. Só que não era bandido, foi um gari que eles mataram pelas costas (Buarque, 2019, p. 119).

No mesmo dia, 22 de abril de 2019, os principais jornais do Brasil noticiavam que um gari comunitário foi morto pela Polícia Militar no Rio. Abaixo, a notícia do G1:

Um gari comunitário foi morto na noite desta segunda-feira (22) no Vidigal, na Zona Sul do Rio. Willian de Mendonça Santos morava e trabalhava na favela e, segundo os moradores, os tiros que o mataram partiram da polícia e houve protesto. A Polícia Militar disse que PMs trocavam tiros com bandidos na comunidade quando encontraram Willian já baleado. Ele foi levado pelos próprios policiais para o hospital. Na porta de emergência, parentes e amigos do gari receberam a confirmação da morte. [...] Moradores fizeram um protesto na Avenida Niemeyer, no fim da noite, perto do acesso à comunidade. A avenida ficou interditada por mais de três horas. Os manifestantes atearam fogo no meio da pista. O batalhão de choque foi acionado (G1, 2019, não paginado).

Nota-se, comparando a citação do romance com a notícia do G1, que o acontecimento foi incorporado na ficção, passando a fazer parte do enredo. No Brasil, conforme análise de Perry Anderson (2020, p. 148), a polícia é o mais implacável dos predadores. Divididas em um ramo militar e outro civil, numa proporção de cerca de três para um, são forças estaduais, não federais. À sua margem, proliferam as “milícias” informais, compostas por ex-policiais que atuam como seguranças privados ou à custa do tráfico de drogas. Na Polícia Federal, a promoção na carreira depende do número de prisões feitas, com base em práticas policiais que mal diferenciam venda de consumo de drogas, nem exigem testemunhas para a detenção em flagrante, de modo que se cria um atalho para a criminalização da pobreza, com jovens negros – para estes fins, pardos

e pretos indistintamente – sendo presos e enviados a cadeias onde há duas vezes mais detentos que vagas.

Mais uma notícia que gerou bastante polêmica no Brasil, foi quando o Ministério da Educação aprovou o projeto de militarização de escolas públicas em todo país, em 2019, que pode ser lida e acompanhada na íntegra no *site* do MEC. Na esteira deste projeto, uma carta do Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez foi enviada para as escolas para ser lida pelos alunos

Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos! (Rodriguez, 2019, não paginado).

A partir de então, professores, alunos e demais funcionários das escolas passam a ter que ficar enfileirados diante da bandeira do Brasil e ter que cantar o hino nacional. Fato este que é ficcionalizado em *Essa gente*:

Até a Rebekka, que não era muito de política, na última hora se juntou às duas, e lá foram elas de blusas vermelhas, customizadas com apliques de foice e martelo. Hostilizadas na rua e no ônibus que as conduziu, chegaram cuspindo marimbondos àquela escola de filhinhos de papai, que todo dia se perfilavam para cantar o Hino Nacional com a mão no peito. Foram recebidas por uma pedagoga que lamentou os incidentes mas se declarou impedida de reprimir os eventuais desafetos do meu filho, pois era sagrada a liberdade de expressão naquele estabelecimento. Então a Maria Clara a acusou de conivência com esse governo escroto filho da puta, cancelou a matrícula do guri, e a caminho de casa aventou a possibilidade de levá-lo para estudar em Lisboa, onde ele iniciaria o ano letivo já no próximo setembro (Buarque, 2019, p. 167).

Conforme Adilson Moreira (2020, p. 161), o direito à liberdade de expressão, defendido pela pedagoga da escola, é certamente um dos pilares da vida política contemporânea. Esse direito procura garantir a possibilidade de todas as pessoas poderem expressar suas ideias, mesmo aquelas que são contrárias às opiniões e aos interesses dos que detêm o poder. Ele permite a livre circulação de pensamentos, o que

é considerado essencial em um regime político no qual os indivíduos possuem diferentes concepções sobre a forma como as instituições devem operar.

Nesse sentido, doutrinadores afirmam que a liberdade de expressão estaria legitimada no interesse em defender a autonomia das pessoas. Esse direito seria, então, um mecanismo relevante para que a pessoa possa afirmar sua personalidade dentro da esfera pública. Parte-se do pressuposto de que expressar o pensamento significa projetar a personalidade individual, fator necessário para a realização humana. Ligada a essa justificativa de liberdade de expressão, está a posição segundo a qual o direito em questão tem a função de promover a tolerância. O encontro com o outro produz, com o conhecimento da realidade na qual ele vive, a necessidade de regulação da expressão de sentimentos pessoais decorrentes das diversas interações sociais (Moreira, 2020, p. 164).

No entanto, o que se observa em relação ao filho de Maria Clara, no trecho citado, é a presença do discurso de ódio. Para Moreira (2020, p. 167), o discurso de ódio cria obstáculos para a preservação da harmonia social e impede que membros de grupos minoritários possam desenvolver o sentimento de pertencimento. Esse tipo de comunicação tem como propósito específico comprometer um objetivo central do processo democrático: o reconhecimento da dignidade moral de todas as pessoas, um interesse fundamental de todas elas.

O discurso de ódio permite agravar a vulnerabilidade social de certas classes de pessoas, o que é claramente incompatível com a lógica inclusiva da democracia. Ou seja, liberdade de expressão que permite o discurso de ódio não é liberdade e sim opressão, permitindo que se perpetuem estruturas de poder que são contrárias à democracia, e que impossibilitam a igualdade de direitos prevista na Constituição Federal do Brasil. O filho de Maria Clara e Duarte sofre opressão na escola em função do posicionamento político dos pais, por este motivo o menino não quer mais frequentar as aulas. A escola, que poderia criar debates e aprofundar o conhecimento da história política do Brasil,

neste caso, se abstém e torna-se conivente com a violência contra a criança, como Maria Clara argumenta.

Além da questão sobre as escolas e sobre a liberdade de expressão, Buarque aborda a ameaça comunista, que foi objeto de campanha nas eleições de Jair Bolsonaro, ou o espectro comunista. Como explica Derrida, o comunismo sempre foi e será espectral, pois “assim como um fantasma, não morre nunca, está sempre por retornar” (Derrida, 1994, p. 136).

Bolsonaro usou do espectro do comunismo como argumento para se eleger, comparando-o ao período do golpe cívico-militar. O ex-presidente autorizou o Ministério da Defesa a comemorar esse acontecimento, pois, se ele não tivesse ocorrido, o país estaria em uma situação pior. Bolsonaro referiu-se a uma possibilidade de o Brasil ter se tornado comunista. Antes do golpe de 1964, diversos grupos militares, sem maior articulação, conspiravam em todo o Brasil com os mesmos argumentos usados por Bolsonaro.

Conforme Carlos Fico (2020, p. 51), a autorização para o golpe de 1964 veio do governador mineiro, Magalhães Pinto, após conversa que teve com o marechal Odílio Denis, no aeroporto de Juiz de Fora, no dia 28 de março. Segundo acreditavam vários militares e civis, Goulart daria um golpe de Estado e, inspirado no peronismo argentino, instauraria um regime apoiado nos sindicatos. Porém, na sequência – segundo pensavam essas pessoas –, dada a superioridade ideológica do comunismo em relação ao trabalhismo, o Brasil acabaria por tornar-se comunista.

No ano de 2018, Bolsonaro usou do mesmo discurso de 1964:

É o Brasil verde e amarelo e eles que representam Cuba, que representam o governo da Venezuela com a sua bandeira vermelha com a foice e o martelo em cima dela [...] A gente não vê uma camisa de nenhum candidato por aí, a não ser uns malucos aí 'Lula livre'. A gente vai curar esse pessoal aí, tenho certeza disso. Mas vamos curar com trabalho, hein? O antídoto para curar esse pessoal é carteira de trabalho, tem muita gente que votou no PT e está vindo para o nosso lado [...].

Vamos nos unir, [...] pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo, do comunismo (Bolsonaro em, 2018, não paginado).

O argumento de acabar com o socialismo e o comunismo no Brasil, no entanto, não é uma prática inédita. A historiadora Lilia Schwarcz (2019, p. 109) afirma que as práticas de corrupção estavam entranhadas no país, quando em 1964 os militares usaram a corrupção e o comunismo como argumentos principais para deflagrar o golpe e com ele instituir a ditadura.

De acordo com Perry Anderson (2020, p. 117), no dia 17 de abril de 2016, como que em um círculo sem saída, a história se repete: uma Câmara dos Deputados, na qual mais da metade dos membros enfrentavam algum tipo de investigação criminal, votou o *impeachment* da presidente Dilma. Em um processo orquestrado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, um deputado após o outro pegava o microfone, evocava Deus e a família e, ignorando as acusações meramente formais contra Dilma, votava por sua retirada do cargo. Bolsonaro comemorou uma vitória comparável àquela de 1964, quando os militares salvaram o país do comunismo. Sem os 37 votos fornecidos por seu próprio partido e pela encarnação do PFL, o *impeachment* teria fracassado.

A partir dessa guerra declarada ao comunismo, Buarque atribui às personagens Laila e Maria Clara a responsabilidade de serem comunistas na ficção, e de arcarem com as consequências disso. No dia 29 de abril de 2019, Duarte fala sobre Laila:

Chegou a trazer uns panfletos do SATEMRJ, o sindicato da sua categoria, onde ela costuma se alinhar aos comunistas. Queria levar a Maria Clara a uma reunião do partido, mas o dr. Kovaleski foi contra, achou que ela poderia deprimir [...]. Até comentou um recente atentado em sua cidade natal, e concordou que aqui por enquanto não temos terrorismo (Buarque, 2019, p. 128).

De início, Laila é a cuidadora da Maria Clara, indicada pelo Dr. Kovaleski, que é o médico que realiza o tratamento dela, porém as duas começam a se relacionar e decidem que é melhor sair do Brasil, conforme Maria Clara escreve para Duarte: “Confio LEHMANN, R.. Notícias de jornais em *Essa gente...*

em que tomes tuas providências sem tardança, pois de nossa parte estamos tratando da mudança para Lisboa. Laila acredita que o ambiente no país em breve se tornará insuportável para gente de esquerda como ela e intelectuais em geral como eu" (Buarque, 2019, p. 149).

Decisões como esta do autoexílio aconteceram com gente de esquerda e intelectuais do Brasil, tais como Marcia Tiburi, Larissa Bombardi e Débora Diniz. Talvez, o caso mais emblemático tenha sido do deputado federal Jean Wyllys (PSOL - RJ), homossexual, assim como Laila e Maria Clara, que desistiu de tomar posse no início de 2019 em razão de ameaças recebidas. No ano de 2021, em entrevista ao programa Brasil de Fato, da *RedeTV*, Wyllys comentou:

Eu saí, não foi um autoexílio, foi um exílio, eu fui obrigado a sair porque a violência contra mim era muito grande [...]. Num país que se acostumou com assassinatos e torturas e outras violências contra a comunidade LGBT ver um deputado sendo torturado psicologicamente, com ameaças de morte, sofrendo as violências que eu sofria, não fazia muita diferença (Wyllys, 2021, não paginado).

Todavia, na ficção, o filho de Maria Clara passou também a ser alvo de ataques na escola, chegando a fugir e pedir refúgio para Rebekka, como narra Duarte no trecho abaixo:

[...] mas aí fico sabendo que zoam o menino por ser filho de comunistas. Mesmo a namoradinha, que pegou várias vezes na sua piroca sem achar ruim, o trocou por um colega de turma ao saber que meu filho nunca foi à Disney. Digo que isso é um absurdo, comunismo nem existe mais, fora que já lhe prometi uma viagem às praias da Califórnia. Esses fedelhos repetem qualquer merda que ouvem em casa, mas se meu filho quiser, posso comparecer à próxima reunião de pais e professores com uma camisa da Seleção Brasileira. O menino, no entanto, tenciona se transferir para uma escola pública na favela, onde ninguém o recriminará por ter genes de comunista. Desta vez quem ri é a Rebekka, pois na favela, a começar pelo Agenor, comunista e bandido é tudo a mesma coisa (Buarque, 2019, p. 165).

Nesta passagem, Duarte ironiza o uso da camisa da Seleção brasileira, que acabou virando símbolo dos eleitores bolsonaristas, pois era utilizada nas

manifestações contra a presidente Dilma e, mais tarde, durante as eleições, em campanhas contra o Partido dos Trabalhadores (PT). A personagem ainda diz que o comunismo não existe mais - sabe-se que, no Brasil, nunca existiu.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Essa Gente* (2019), o leitor fica confuso, precisa voltar e reler para entender o que está acontecendo, assim como acontece na vida. É preciso destrinchar o texto lentamente e ter paciência na leitura. Buarque é antenado no microcosmo, nas dores humanas e no social, tudo enredado. A personagem protagonista está cansada, sofrendo de solidão, vivendo em uma sociedade que não deu certo. Nesse romance, há uma comparação entre o período que se inicia em 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e segue com o país elegendo um candidato que tende ao autoritarismo – Jair Bolsonaro – com o período da ditadura cívico-militar no Brasil.

Buarque entrelaça ficção e notícias de jornais que vão sendo inseridas e incorporadas à narrativa, fazendo com que as personagens movimentem-se conforme os acontecimentos políticos. Não é necessário incluir nomes de personagens históricas para que o leitor saiba de que e de quem ele está falando. O autor combina significados ditos e não ditos em uma narrativa circular, apresenta um Brasil que se repete historicamente, sem apontar uma possibilidade de saída que não seja trágica.

Os momentos vividos a partir de 2016 foram capazes de reverter conquistas consolidadas, atendendo a uma agenda reacionária e sem compromisso com a equidade. O engajamento passou a ser com um retorno de modelos autoritários – especialmente vividos durante a ditadura cívico-militar no Brasil – ao exercício da política. O surgimento do falso Messias com uma promessa de salvação coletiva, de acabar com a corrupção e impedir que o país virasse comunista, angariou adeptos e aproximou o país

muito mais do fascismo do que de qualquer tipo de salvação. A circularidade da narrativa iconiza a repetição da história do país, como se não houvesse uma saída.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROS, Otávio Rêgo. Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta voz. [Entrevista concedida a] Guilherme Mazui, *G1*, 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>> Acesso em: 11 jan. 2022.

BUARQUE, Chico. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BUARQUE, Chico. *As Caravanas*. São Paulo: Biscoito Fino, 2017.

BUARQUE, Chico. *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUARQUE, Chico. Chico Buarque e Hildegard Angel lembram Zuzu Angel e a ditadura militar. *Estação Sabiá*, 09 jun. 2021. Disponível em: https://youtu.be/OizAowjB_6E. Acesso em 11 jun. 2021.

Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Carta Capital*. 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas>>. Acesso em 03 jan. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 9.685. Brasília: *Agência Brasil*, 15 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/veja-integra-do-decreto-que-flexibiliza-a-posse-de-armas-de-fogo?amp>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ministro da Educação envia carta atualizada a escolas do Brasil*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/73711-ministro-da-educacao-envia-carta-atualizada-a-escolas-do-brasil>. Acesso em 19 de mar. 2020.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad.: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Dez militares são presos após ação do Exército que fuzilou carro de família no Rio com mais de 80 tiros. *G1*, 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/dez-militares-sao-presos-apos-acao-do-exercito-que-fuzilou-carro-de-familia-no-rio-com-80-tiros.ghtml>> Acesso em: 11 jan. 2022.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2020.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad.: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Trad.: Lucia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARQUES, Hugo. Brasil triplica registro de armas novas durante o governo Bolsonaro. *Revista Veja*, 2 jan. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-triplica-registro-de-armas-novas-durante-o-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 12 out. 2022.

Moradores do Vidigal protestam após morte de gari comunitário; polícia vai analisar armas de PMs. *G1*, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/23/gari-comunitario-morre-apos-ser-baleado-no-morro-do-vidigal-moradores-fizeram-protesto.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

O exército não matou ninguém; o exército é do povo, diz Bolsonaro sobre a morte a tiros de músico no Rio. *G1*, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/12/o-exercito-nao-matou-ninguem-o-exercito-e-do-povo-diz-bolsonaro-sobre-morte-a-tiros-de-musico-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STRECKER, Márion. Por que homenagear bandidos. *MAM*, Rio de Janeiro: 14 dez. 2020. Disponível em: <<https://mam.rio/obras-de-arte/por-que-homenagear-bandidos/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

WYLLYS, Jean. Meu exílio não foi opção. Não foi uma escolha. [Entrevista concedida à] *Brasil de Fato*, *RedeTV*, 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/ALP3Yq9It8U>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

Recebido em: 19/04/2023.

Aceito em: 28/08/2023.